

Fundação Konrad Adenauer

# DIREITO AMBIENTAL

Aplicado à Indústria do Petróleo e Gás Natural

Fortaleza, Ceará - 2004

# SUMARIO

PREFÁCIO .....	11
<i>Andreas Krell</i>	
DEPOIMENTO DE APRESENTAÇÃO .....	13
<i>Fabiano Mendonça</i>	
I PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO E SUAS IMPLICAÇÕES NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL .....	21
1.1 Meio Ambiente, Petróleo e Gás Natural .....	21
1.2 Estudos sobre Princípios Jurídicos .....	22
1.2.1 O Direito como Sistema .....	22
1.2.2 Conceito de Princípio Jurídico .....	24
1.2.3 Funções dos Princípios .....	25
1.2.4 Princípio como Norma Jurídica .....	25
1.2.5 Princípios Constitucionais .....	29
1.2.6 Modelo Canotilhanos dos Princípios Constitucionais .....	31
1.2.7 Os Princípios Constitucionais Ambientais dentro do Modelo Proposto .....	33
1.3 Princípios Constitucionais Ambientais Aplicáveis à Indústria do Petróleo e Gás Natural .....	34
1.3.1 Princípio do Acesso Equitativo aos Recursos Naturais .....	35
1.3.2 Princípio da Ubiquidade .....	36
1.3.3 Princípio da Participação .....	36
1.3.4 Princípio da Informação Ambiental .....	38
1.3.5 Princípio da Educação Ambiental .....	39
1.3.6 Princípio da Precaução .....	40
1.3.7 Princípio da Prevenção .....	46
1.3.8 Princípio da Reparação .....	48

1.4 O Meio Ambiente e a Indústria do Petróleo e Gás Natural:	
Necessidade do Desenvolvimento Sustentável .....	52
1.4.1 Análise do Desenvolvimento dos Países as Custas dos Recursos Naturais .....	52
1.4.2 O Desenvolvimento Sustentável .....	54
1.4.3 O Desenvolvimento Sustentável e a Livre Iniciativa .....	57
1.4.4 O Desenvolvimento Sustentável e a Função Social da Propriedade .....	59
1.4.5 Sistema Energético Sustentável .....	61
1.5 Considerações Finais .....	61
1.6 Referências Bibliográficas .....	62
2 ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL .....	65
2.1 Precaução e Impacto Ambiental .....	65
2.2 Definição .....	66
2.2.1 Triagem dos Projetos .....	67
2.2.2 Termos de Referência .....	68
2.2.3 Estudo de Impacto Ambiental .....	68
2.3 Legislação Pertinente .....	70
2.4 Obras e Atividades Sujeitas ao EIA .....	73
2.5 Momento de Preparação .....	75
2.6 Iniciativa da Exigência e Competência Normativa .....	76
2.6.1 Iniciativa da Exigência .....	76
2.6.2 Competência Normativa .....	76
2.7 Elaboração .....	77
2.8 Custeio e Responsabilidade .....	79
2.9 Relatório de Impacto Ambiental .....	81
2.10 Diferença entre o EIA e o RIMA .....	82
2.11 Publicidade e Mecanismos de Controle .....	83
2.12 Conclusão .....	85
2.13 Referências Bibliográficas .....	86
3 LEI DE CRIMES AMBIENTAIS: APLICAÇÕES E REFLEXOS ATINENTES À INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E GÁS .....	87
3.1 Escorço Histórico da Lei nº 9.605/98 à Luz da Indústria do Petróleo e Gás .....	87
3.2 Dos Crimes Ambientais Relacionados à Indústria do Petróleo e Gás .....	93
3.2.1 Disposições Gerais .....	93
3.2.2 Das Penas Aplicadas às Pessoas Jurídicas .....	103

3.3 Lei nº 9.605/98: Crimes Ambientais .....	105
3.3.1 Dos Crimes Contra a Fauna .....	107
3.3.2 Dos Crimes Contra a Flora .....	110
3.3.3 Da Poluição e Outros Crimes Ambientais .....	112
3.3.4 Outros Crimes Ambientais .....	116
3.3.5 Dos Crimes Contra a Administração Ambiental .....	118
3.4 Termo de Ajustamento da Conduta Ambiental: Artigo 79-A ...	120
3.5 Referências Bibliográficas .....	128

#### 4 TIPOS DE SANÇÕES - EFETIVIDADE DAS SANÇÕES PATRIMONIAIS E ADMINISTRATIVAS AO DANO AMBIENTAL - CONCOMITÂNCIA DE PUNIÇÕES: APLICAÇÃO À INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E GÁS - IPG .....

131

4.1 Considerações Iniciais .....	131
4.1.1 Tipos de Sanção .....	133
4.2 Princípios .....	134
4.3 Sujeito Passivo .....	135
4.4 Classificação das Sanções .....	136
4.5 Tipos de Sanções Administrativas Ambientais .....	136
4.5.1 Advertência .....	137
4.5.2 Multa Simples .....	137
4.5.3 Multa Diária .....	138
4.5.4 Apreensão e Destruição ou Inutilização do Produto .....	138
4.5.5 Reparação dos Danos .....	139
4.5.6 Suspensão de Venda e Fabricação do Produto .....	139
4.5.7 Embargo de Obra ou Atividade .....	140
4.5.8 Demolição de Obra .....	142
4.5.9 Suspensão Parcial ou Total das Atividades .....	143
4.5.10 Restritivas de Direitos .....	144
4.6 Poder de Polícia da Administração Ambiental .....	145
4.7 Cumulação das Sanções Administrativas .....	150
4.8 Legislação Aplicável: Lei Federal ou Estadual .....	151
4.9 Lei n.º 9.966/00 .....	154
4.10 Referências Bibliográficas .....	155

#### 5 INFRAÇÕES PENAIS AMBIENTAIS ESPECÍFICAS: DA POLUIÇÃO MINERAL, ATMOSFÉRICA, VISUAL, SONORA E HÍDRICA: APLICAÇÃO À INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL .....

157

5.1 Introdução .....	157
----------------------	-----

5.2 Aspectos Jurídicos Gerais e Correspondência Específica com a Indústria do Petróleo e Gás Natural .....	159
5.3 Das Infrações Penais Ambientais Específicas Relacionadas às Atividades Minerárias.....	160
5.3.1 Objeto do Direito Minerário e Legislação Pertinente .....	160
5.3.2 Atividades Minerárias e Proteção do Meio Ambiente .....	161
5.3.3 Tutela Penal Ambiental e Atividades Minerárias.....	163
5.4 Infrações Penais Ambientais Específicas da Poluição Atmosférica .....	167
5.5 Infrações Penais Ambientais Específicas da Poluição Visual .....	176
5.6 Infrações Penais Ambientais Específicas da Poluição Sonora .....	178
5.7 Infrações Penais Ambientais Específicas da Poluição Hídrica.....	184
5.7.1 Considerações Gerais .....	184
5.7.2 Aplicabilidade da Lei Brasileira nos Mares .....	187
5.7.3 Crime de Poluição Relacionado aos Recursos Hídricos .....	188
5.7.4 Poluição Hídrica e a Indústria do Petróleo e Gás.....	192
5.8 Conclusão.....	193
5.9 Referências .....	195
<b>6. EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO EM ÁREA URBANA.....</b>	<b>197</b>
6.1 Novo Panorama Jurídico do Setor Petrolífero no Brasil .....	197
6.2 Indústria do Petróleo: Breve Análise de seus Segmentos Principais .....	203
6.3 Exploração de Petróleo em Área Urbana.....	205
6.3.1 Função Social da Propriedade Urbana.....	206
6.4 Implicações Jurídicas Decorrentes da Exploração de Petróleo em Área Urbana .....	210
6.4.1 Disponibilidade da Propriedade Urbana para Fins de Exploração Petrolífera .....	211
6.4.2 Direito de Vizinhança .....	223
6.4.3 Pagamento ao Proprietário do Solo Urbano.....	227
6.5 Conclusão.....	230
6.6 Referências Bibliográficas.....	232
<b>7. PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR E RESPONSABILIDADE DO ESTADO E DAS EMPRESAS PETROLÍFERAS: IMPLICAÇÕES RECÍPROCAS .....</b>	<b>235</b>
7.1 Considerações Iniciais .....	235
7.2 A Responsabilidade Civil pela Prática de Danos Ambientais.....	238

7.2.1 Características das Teorias do Risco .....	241
7.2.2 A Teoria do Risco Adotada pelo Novo Código Civil (Lei n.º 10.406, de 10/01/2002) .....	243
7.2.3 O Dano Ambiental e suas Características .....	244
7.2.4 A Responsabilidade Civil por Danos ao Meio Ambiente: Fundamentação Doutrinária .....	246
7.2.5 A Responsabilidade Civil por Danos Ambientais no Direito Brasileiro .....	249
<b>7.3 Princípio do Poluidor – Pagador: Importância e Âmbito de Incidência .....</b>	<b>250</b>
7.3.1 Disciplinamento Legal .....	252
7.3.2 Finalidade do Princípio do Poluidor – Pagador .....	254
7.3.3 O Desenvolvimento Econômico e o Princípio do Poluidor-Pagador .....	255
7.3.4 Poluidor: Dever de Garantia .....	256
<b>7.4 Responsabilidade Civil do Estado e das Empresas que Atuam no Setor Petrolífero por Danos Ambientais .....</b>	<b>257</b>
7.4.1 Natureza Jurídica da Responsabilidade Civil das Empresas Petrolíferas .....	257
7.4.2 Forma de Responsabilização nos Contratos de Concessão .....	262
7.4.2.1 Situações de Responsabilidade Civil Ambiental da Empresa Petrolífera .....	262
7.4.2.2 Cláusulas Contratuais sobre Responsabilidade Civil e Proteção Ambiental .....	264
7.4.3 Responsabilidade do Estado: Possibilidade e Implicações .....	267
<b>7.5 Considerações Finais .....</b>	<b>270</b>
<b>7.6 Referências Bibliográficas .....</b>	<b>271</b>
<b>8 O MODELO BRASILEIRO DO CONTRATO DE SEGURO AMBIENTAL NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL .....</b>	<b>273</b>
<b>8.1 Introdução .....</b>	<b>273</b>
<b>8.2 Contrato de Seguro .....</b>	<b>274</b>
8.2.1 Generalidades .....	274
8.2.2 Conceito e Objeto .....	276
8.2.3 Evolução Histórica e Importância Econômica .....	278
8.2.4 Elementos do Contrato de Seguro .....	279
8.2.5 Classificação dos Seguros .....	283
8.2.6 Características do Seguro .....	284

8.2.7 Co-seguro e Resseguro .....	285
<b>8.3 Contrato de Seguro Ambiental .....</b>	<b>287</b>
8.3.1 Generalidades .....	287
8.3.2 Risco e Dano Ambiental .....	288
8.3.3 Objeto do Contrato .....	289
8.3.4 Benefícios e Dificuldades .....	290
8.3.5 Classificação .....	292
8.3.6 Experiência Internacional .....	293
8.3.7 Opções Complementares .....	294
<b>8.4 Seguro Ambiental na Indústria do Petróleo e Gas Natural .....</b>	<b>295</b>
8.4.1 Generalidades .....	295
8.4.2 Características do Seguro Ambiental na Indústria do Petróleo .....	296
8.4.3 O Modelo de Seguro Ambiental na Indústria do Petróleo e Gas .....	298
8.4.4 Os Riscos Ambientais na Indústria do Petróleo e a Fixação do Prêmio .....	299
8.4.5 Objeto do Seguro e Responsabilidade do Segurador .....	300
8.4.6 Disciplina Processual do Seguro Ambiental .....	302
<b>8.5 Considerações Finais .....</b>	<b>303</b>
<b>8.6 Referências Bibliográficas .....</b>	<b>305</b>